



Relações Públicas

Ênfase em Produção Cultural

A configuração dos indicadores culturais por meio do “Controle Social” do Tribunal de Contas do Estado - RS

Orientando: Caroline Fernandes da Silva
Orientador: Tiago Costa Martins



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Caroline Fernandes da Silva

**A configuração dos indicadores culturais por meio do “Controle Social” do
Tribunal de Contas do Estado - RS**

**São Borja
2015**

Caroline Fernandes da Silva

**A configuração dos indicadores culturais por meio do “Controle Social” do
Tribunal de Contas do Estado - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Públicas – Ênfase em
Produção Cultural da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientador: Tiago Costa Martins

São Borja

2015

Caroline Fernandes da Silva

**A configuração dos indicadores culturais por meio do “Controle Social” do
Tribunal de Contas do Estado - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas – Ênfase em Produção cultural da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Públicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14 de Dezembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Doutor. Tiago Costa Martins
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Doutor. Muriel Pinto
UNIPAMPA

Prof. Mestre. Victor da Silva Oliveira
UFPE

Agradecimentos

Agradeço a Deus, primeiramente, a minha mãe, pai, irmão e minhas avós que foram incansáveis para me manter firme e focada na missão. Ao Henrique que se mostrou como um grande amigo e companheiro nesse último e decisivo ano de faculdade.

Agradeço as meninas da primeira república que morei logo que cheguei. Foram quinze companheiras de casa (sim, já de cara aprendi o que era o trabalho em grupo e a lidar com pessoas de diferentes personalidades e caráter) que serão impossíveis de esquecer. Obrigada, Daiele, Adriana, Jessica Crippa, entre mais algumas. Agradeço também aos amigos que ficaram em Uruguaiana pelo apoio.

Agradeço a Michelli Vidal, quem me deu a maior força para a mudança de vida, quem eu dividi um beliche durante nossa estadia na república e agora dividindo nossa casa com a Taila, outra pessoa que também me apoiou nos momentos finais da minha graduação. Morar com essas duas aspirantes a assistentes sociais me abriu a mente para questões além das paredes do meu quarto.

Lembrar da minha trajetória acadêmica e não citar a Thaysa Flores seria uma afronte às notas altas que tiramos. Nossos surtos de inteligências, a tecnicização que nos rondou por alguns semestres, os mapas mentais na parede, nossos esquemas para aprender o conteúdo da prova. Enfim, nossa parceria começou na universidade e vai para o resto da vida. Agradeço os amigos e colegas que ficaram pelo caminho. Por fim, agradeço a cada professor que colaborou para a minha formação.

Obviamente não poderia de deixar de agradecer em especial ao professor e grande amigo que a universidade me deu, o Prof. Dr. Tiago Martins. Ainda não sei como vou me acostumar sem as prosas regadas a um bom chimarrão na sala 209. Muito obrigada por cada oportunidade de crescimento, pelos puxões de orelha e pelo companheirismo no aperfeiçoamento dos trabalhos nos sábados à tarde. Chegou a cair um cisco no meu olho bem na hora que me lembrei das brincadeiras e histórias a cada empenho estudado durante a pesquisa. Muito obrigada por tudo!

Agradeço a Karol Rodrigues e o Carlos pela ajuda na correção desse trabalho apenas na amizade.

Não achei que citaria tanta gente, mas deu para perceber que com certeza não voltarei a mesma para casa. Obrigada!

“Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento”.

Érico Veríssimo

RESUMO

O reconhecimento das políticas públicas como ação, ou ausência desta, racionalmente elaborada para resolver um problema público aponta à necessidade cada vez maior de monitoramento, controle e avaliação. Nesta ideia, o monitoramento das políticas públicas culturais se dá através do controle da sociedade nas ações públicas tendo o “Controle Social” como ferramenta que gera um fluxo comunicacional que possibilita assim, uma configuração dos indicadores culturais. Os pontos que levam à problemática, nesta perspectiva são: a) a diversidade em termos de criação e produção cultural no país; b) o papel do Estado na formulação de políticas públicas e no fomento do arranjo oriundo das atividades culturais e; c) a publicação dos dados referentes aos resultados das políticas públicas implementadas. Com isso, a pergunta que norteou o trabalho foi “Como são configurados os indicadores culturais a partir dos dados disponibilizados pela gestão municipal através de um fluxo comunicacional público tendo como interface o ‘Controle Social’ do Tribunal de Contas do Estado?”. Nesta conjuntura, objetiva uma reflexão sobre a configuração dos indicadores culturais a partir do fluxo comunicacional público compreendido pelos dados disponibilizados no “Controle Social” pela gestão dos municípios. Para tal, faz-se uma apresentação sobre o conceito de comunicação pública, a história do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e o “Controle Social”, por fim, conceitos dos indicadores sociais e culturais. Posteriormente, uma análise do desenvolvimento a partir dos dados primários até os indicadores culturais. Para tanto metodologicamente foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentas e por fim, aplicado um exercício metodológico de construção de indicadores culturais. Resultou então, na proposição de modelagem de indicadores que contemplam o gasto per capita em cultura; incidência de gasto em cultura em CPF/ CNPJ; média dos gastos em cultura por período de tempo e; porcentagem em cultura com relação ao gasto total. Conclusivamente, o “Controle Social” atua como uma *interface*, uma ferramenta de comunicação pública entre os dados disponibilizados pela gestão municipal no TCE-RS e o cidadão. No qual, possibilita a configuração de indicadores culturais, aliando o monitoramento, avaliação e construção das políticas públicas.

Palavras-Chave: indicadores culturais, comunicação pública e gestão cultural.

ABSTRACT

The recognition of public policies as an action, or lack thereof, rationally elaborated to solve a public issue distinguishes the growing necessity of monitoring, control and evaluation. In this manner, the monitoring of the cultural public policies is through societies control of public actions with "Social Control" as a tool that generates a flow of communication enabling a configuration of the cultural indicators. In this perspective, the matters that lead to this problem are: a) a diversity in terms of creation and cultural production in the country; b) the states' role in formulating public policies and arrangement of the development arising from cultural activities and; c) a disclosure of the data referring to the implemented public policies. Thus, the question that guides the work was "How are the cultural indicators configured based on data provided by the municipal administration through an open flow of communication with the interface as 'Social Control' of the State Audit Court?" This juncture, objectifies a reflection of the configuration of the cultural indicators from the public flow of communication understood by the data available in the "Social Control" for the management of municipalities. To this end, it is a presentation to the concept of public communication, the history of the State Court of Auditors (TCE-RS) and the "Social Control", finally, by the concept of social and cultural indicators. Subsequently, a development analysis from the primary data to the cultural indicators. For such methodologically literature searches, documentas were conducted and lastly applied a methodological exercise of building cultural indicators. Resulted then, on the proposition of modeling the indicators that contemplate the spending per capita in culture; incidence of spending on culture in CPF / CNPJ; average spending on culture by time period and; percentage in culture in reference to total expenditure. Conclusively, the "Social Control" acts as an interface, a public communication tool between the data provided by the municipal administration in the TCE-RS and the citizen. In which it enables the configuration of cultural indicators, combining the monitoring, evaluation and construction of public policies.

Key-Words: cultural indicators, public communication and cultural management

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Propriedade dos indicadores	26
Tabela 2 – Ficha técnica do indicador: gasto em cultura per capita.	34
Tabela 3 – Ficha técnica do indicador: porcentagem de gasto em cultura por tipo de pessoa.	35
Tabela 4 – Ficha técnica do indicador: média de gasto em cultura.	35
Tabela 5 – Ficha técnica do indicador: porcentagem dos gastos em cultura relação ao gasto total.	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCE-RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

LC – Lei Complementar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E “CONTROLE SOCIAL”	15
1.1 Comunicação Pública	15
1.1.1 Comunicação Pública e Participação Popular	16
1.2 Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)	18
1.3 O “Controle Social”	20
1.3.1 Legislação da Informação	23
2 DOS INDICADORES SOCIAIS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	25
2.2 A Transformação dos Dados em Indicadores Culturais	30
3 CONFIGURAÇÃO DE INDICADORES CULTURAIS POR MEIO DO “CONTROLE SOCIAL”	34
3.1 Sistema de indicadores culturais a partir do TCE - Mapa mental	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

As expressões culturais brasileiras são diversas em termos de criação e produção cultural ao longo de toda extensão territorial do país. Em sua maioria a produção da cultura se torna relevante para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Diversas ações do mercado e da política são estruturadas para apoiar, explorar e/ou potencializar essas manifestações culturais. O reconhecimento da cultura como recurso econômico, político e social (YUDICE, 2004), vai produzir inúmeras implicações práticas: o apoio das empresas no marketing cultural; a criação de fundos e editais de fomento à cultura; as comunidades fortalecendo sua cultura como estratégia de inclusão social, dentre outros.

As políticas públicas avançam ao tornar a administração de cada município ativa no que tange a gestão cultural. O Estado, ao fomentar o arranjo formado pelas produções culturais locais, colabora para tornar a cultura acessível e disponível a todos que a consomem e produzem no país. Neste sentido, o papel do Estado vai além de compreender a demanda cultural, mas também possibilitar, através das políticas públicas, novas formas de aproveitamento da cultura. O cidadão se utiliza do “Controle Social” para monitoramento dos gastos das prefeituras e auxiliar no desenvolvimento de novas políticas.

Os dados que dizem respeito à alocação dos recursos das políticas públicas estão contidos no “Controle Social”, ferramenta que está entre as funções do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Instituído por decreto, o TCE exerce o poder fiscalizador dos órgãos públicos dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, desde 1935. Formalmente, dentre suas atribuições (segundo o portal) está o julgamento de administradores do dinheiro público e a fiscalização de toda verba que entra e sai das prefeituras no estado. Além de fiscalizador, o “Controle Social” apresenta uma característica pouco usual e de tamanha relevância: a de comunicar. Analisar como uma ferramenta comunicacional pública transforma o TCE em não apenas um cumpridor da lei e da ordem, mas sim em transmissor de informações aos cidadãos de forma transparente.

É nessa troca de informações de interesse coletivo entre administração pública e cidadão que compreende a comunicação pública. É importante ressaltar que se adota aqui informação como um sinal, como uma manifestação, não formando uma mensagem em si, e dado como uma transcrição numérica de informação, sendo base primária para um sistema de indicadores culturais (ARROYO, 2006). Os dados precisam virar indicadores e estes informação, para surtir uma ação pública cultural futura, produzindo um *feedback* informativo no sistema de estatísticas culturais. Todas as informações precisam estar disponíveis,

seguindo a lei de acesso à informação. Nesta perspectiva, a comunicação deve ser entendida como um processo instaurado em uma esfera pública que engloba Estado e sociedade (MATOS, 2009).

O trabalho mostra-se relevante quando se percebe que os indicadores culturais, formam a compreensão de fenômenos que ocorrem na esfera cultural, permitindo o reconhecimento de experiências culturais, auxiliando a ampliação do conhecimento na área (ITAÚ CULTURAL, 2015). Ao mesmo tempo em que é dever do Estado expor, a busca do cidadão pelas informações e, conseqüentemente, execução do seu papel de fiscalizador, contribui na formulação de uma nova política de melhorias. Por isso, com a gestão pública municipal publicizando os investimentos em cultura através do “Controle Social”, o cidadão executa seu direito de visualizar de que forma está sendo pensada e investida a verba pública que é administrada pelo Estado. Este fato compreende-se como comunicação pública.

O presente trabalho, nesta conjuntura, tem como pergunta norteadora “Como podem ser configurados os indicadores culturais a partir dos dados disponibilizados pela gestão municipal através de um fluxo comunicacional público, tendo como interface o ‘Controle Social’ do Tribunal de Contas do Estado?”. Para tal objetiva-se, primeiramente, compreender a configuração dos indicadores culturais a partir do fluxo comunicacional público, compreendido pelos dados disponibilizados no “Controle Social” pela gestão dos municípios. Mais especificamente, tem-se como objetivo o de revisar conceitualmente os indicadores sociais como prática de compreensão da cultura; refletir sobre o funcionamento do “Controle Social” como uma interface de comunicação pública e, por fim; analisar o exercício do portal do Tribunal de Contas do Estado no entendimento de indicadores culturais. Deste modo, como metodologia, será aplicada a pesquisa bibliográfica, documental e também um exercício metodológico de construção de possíveis indicadores culturais.

O trabalho apresenta em seu primeiro capítulo os conceitos de comunicação pública, Tribunal de Contas do Estado, “Controle Social” e legislação da informação pública no Brasil, no qual é feita uma conceituação e aplicabilidade das mesmas. O segundo capítulo apresenta a historicidade e aplicação dos indicadores sociais e, como subtópicos, os indicadores culturais e a transformação dos dados em indicadores culturais. A ideia neste capítulo constitui a de saber de que forma são construídos e de que forma atuam na construção de políticas públicas. A configuração dos indicadores por meio dos dados do “Controle Social” será exposta no terceiro capítulo. E, por fim, apresentar uma possível configuração de indicadores e algumas

considerações a partir das reflexões e conexões estabelecidas ao longo do desenvolvimento do trabalho.

1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E “CONTROLE SOCIAL”

O tripé conceitual que será abordado nesta primeira parte do trabalho consiste em compreender a comunicação pública, a historicidade do “Controle Social” e a apresentação do TCE-RS. Vale ressaltar que o conceito inicialmente exposto complementa as demais etapas do trabalho a fim de atingir o objetivo de “refletir sobre o funcionamento do ‘Controle Social’ como uma interface de comunicação pública”. É um importante aspecto a ser analisado para contribuir na participação do cidadão no desenvolvimento de políticas públicas para resolução das demandas da sociedade.

1.1 Comunicação Pública

Inicialmente, o conceito de comunicação pública vem da expressão comunicação governamental, no qual, por sua vez, se estima que o governo tenha iniciativa e promova a informação objetivando desenvolvimento da cidadania. No Brasil, a comunicação governamental possuía um caráter autoritário, censurando e controlando meios de comunicação durante a Ditadura Militar através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DUARTE, 2009, p.01). Até então o que era mostrado como comunicação pública se restringia a marketing e a propaganda, primeiramente em rádio e televisão.

Nesta perspectiva um novo panorama histórico brasileiro foi instaurado, modificando o que até então se tinha como comunicação governamental. Daí por diante, “o conceito de ‘comunicação pública’ incorporou-se ao vocabulário da comunicação, marcado, talvez, pelas preferências dominantes à comunicação governamental, ao marketing político e às interfaces virtuais que aproximam governantes e cidadãos” (MATOS, 2009, p.102). Porém, a autora Brandão (2007), complementa que ainda há controvérsia com relação a um conceito claro por haver uma diversidade de autores que estudam a temática, o que permite trazer um apanhado de concepções que venham a auxiliar no desenvolvimento do presente trabalho, apresentando além de conceitos a aplicabilidade do mesmo.

Historicamente a comunicação pública mais próxima do que vemos nos dias de hoje teve início com a construção da Constituição de 1988, na qual a pressão de grupos de interesses fez com que fossem criados mecanismos de interação entre Estado e sociedade para melhor discussão a cerca das demandas públicas (DUARTE, 2009, p.01). Até aquele momento as políticas voltadas para comunicação compreendia a radiodifusão, no qual se

desenvolveu formas de busca da preferência da audiência para que fosse colocada no ar. Posteriormente, com as novas mídias digitais, reconfigurou-se a forma de abordagem e, através da internet, tornou-se uma ferramenta de tamanha importância e de grande abrangência no país. Para ter noção do alcance, segundo o IBGE (2013), 85,6 milhões de brasileiros (49,4% da população) tinham usado pelo menos uma vez a internet nos últimos três meses antes da pesquisa. Ou seja, uma parcela significativa da sociedade tem a possibilidade de acompanhar as ações da administração pública.

É nesta conjuntura que a comunicação pública diz respeito às informações que são de interesse coletivo. A “comunicação pública é a comunicação formal que diz respeito à troca e a partilha de informações de utilidade pública, assim como à manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas” (ZÉMOR, 1995, p. 1). Ou seja, o que diz respeito às ações governamentais, alocação de recurso público e interesse coletivo, configura a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública (DUARTE, 2009). Neste sentido, a comunicação pública pode colaborar com alguns pontos, como:

- a) identificar demandas sociais;
- b) definir conceitos e eixos para uma ação pública coerente e integrada;
- c) promover e valorizar o interesse público;
- d) qualificar a formulação e implementação de políticas públicas;
- e) orientar os administradores em direção a uma gestão mais eficiente;
- f) garantir a participação coletiva na definição, implementação, monitoramento, controle e viabilização, avaliação e revisão das políticas e ações públicas;
- g) atender as necessidades do cidadão e dos diferentes atores sociais por obter e disseminar informações e opiniões, garantindo a pluralidade no debate público;
- h) estimular uma cidadania consciente, ativa e solidária;
- i) melhorar a compreensão sobre o funcionamento do setor público;
- j) induzir e qualificar a interação com a gestão e a execução dos serviços públicos; e
- k) avaliar a execução das ações de interesse coletivo (DUARTE, 2009, p.03)

Dentre os tópicos apresentados, é importante frisar que o atendimento ao cidadão, às necessidades e demandas que ele apresenta, contribui para que haja uma comunicação pública que torna a construção de políticas públicas uma ação coletiva que atenderá a diferentes setores da sociedade. A articulação entre Estado e sociedade colabora para uma eficácia do processo de construção e implementação da política pública.

1.1.1 Comunicação Pública e Participação Popular

A comunicação pública requer uma ação mútua da sociedade e demais segmentos, não tornando os cidadãos meros espectadores da administração pública, mas também como

proponentes de mudanças e melhorias (MATOS, 2009). A conscientização sobre a participação consiste no desenvolver de políticas públicas com o intuito de materializar o apelo coletivo. Esta materialização ocorre através dos governos federal, estadual e municipal ao prestar contas sobre os projetos, despertando um sentimento cívico, motivando e educando a população (BRANDÃO, 2007). O despertar a que se refere, vai além de mostrar dados, mas sim, possibilitar o retorno com modificações a serem exploradas pela sociedade.

A partir do envolvimento, o fluxo comunicacional torna-se interativo de forma a gerar uma mudança além da sua localidade, é parte construtora de políticas públicas que proporciona um impacto crescente no desenvolvimento de modo geral. Na medida em que a comunicação pública “é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas” (BRANDÃO, 2009, p.5), o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas gera um reconhecimento acerca das ações promovidas nos campos político, econômico e social.

A participação pública na construção de políticas faz com que as mesmas sejam eficazes e que o cidadão observe a mudança conforme sua própria intervenção frente a uma necessidade do coletivo. Duarte (2010) reflete que a comunicação pública objetiva fazer com que a sociedade colabore nas melhorias para a própria sociedade, tornando assim o cidadão responsável pelo que se aplica e acontece no meio que em vive, de modo a entender que a comunicação não é somente informação.

Comunicação é um processo circular, permanente, de troca de informações e de mútua influência. [...] Atores e agentes geram, transformam, buscam, usam e disseminam informações de variados tipos. Mas a simples existência de informação não necessariamente significa comunicação eficiente. Ela pode ser inútil, manipulada, mal-compreendida ou não chegar no momento adequado. Informação é apenas a nascente do processo que vai desaguar na comunicação viabilizada pelo acesso, pela participação, cidadania ativa, diálogo. (DUARTE, 2010, p.04)

Ao falar de troca de informação, os instrumentos que facilitam essa interação também são importantes para a melhor compreensão e, por consequência, maior participação pública. Além disso, observar qual melhor forma de participação também é relevante quando se fala de dinheiro público. Os agentes públicos, em especial os profissionais da comunicação, devem articular melhores formas de fazer com que a informação circule e chegue ao cidadão (DUARTE, 2010).

Neste sentido os profissionais da comunicação podem colaborar na transparência, assumindo a responsabilidade de estar tratando de informações públicas; acesso, facilitar e

promover o acesso da população aos dados e informações e adaptar o texto ao público; interação, tornar atrativa a informação, criando e mantendo veículos que fortaleçam a comunicação pública, gerando uma interatividade, e por fim; ouvidoria social, interesse na opinião pública, através de pesquisa e compreensão da satisfação fazendo com que os resultados sejam referência ao projetar uma ação (DUARTE, 2010).

Instrumentos podem ser utilizados para efetivar a comunicação pública. É importante ressaltar, neste sentido, que cada veículo de comunicação é direcionado a um público específico, entretanto, o avanço da tecnologia permite o alcance de um número considerável de cidadãos. Entre os instrumentos estão: a imprensa, malas diretas, atendimento telefônico, boletins, pesquisas, auditoria de opiniões, publicidade, *call center*, eventos, vídeos, centrais e serviços de atendimento ao cidadão, audiências públicas, orçamento participativo, entre outras opções (DUARTE, 2010).

O avanço tecnológico, neste sentido, possibilita a visualização mais clara e transparente sobre as ações e os atores do governo, o que viabiliza uma maior participação do cidadão (RIBEIRO, 2012). Possibilitando assim, que a manifestação acerca de alguma ação do Estado seja instantânea. A internet facilita uma nova forma de comunicação, não carecendo de presença física, entretanto, há uma presença, mesmo que virtual, tanto do Estado quando da sociedade na comunicação pública estabelecida.

O uso dessas ferramentas, tanto por parte do Estado quanto por parte da sociedade, de maneira consciente, torna a comunicação pública a melhor maneira de diagnosticar uma demanda e a busca pelas melhorias. Ao tratar de ferramenta comunicacional, uma das ferramentas disponíveis na internet está no TCE, o “Controle Social”, que é uma alternativa que proporciona o envolvimento e a participação pública por meio do que lá é exposto. O “Controle Social” apresenta dados disponíveis sobre a alocação orçamentária das prefeituras, como gastos em saúde, educação e cultura, assim como onde e com quem gastou. Nessa perspectiva, ele corresponde a uma interface que interliga o Estado e a sociedade na transmissão de informação. Contudo, é importante apresentar brevemente a funcionalidade e constituição do TCE diante do “Controle Social” como ferramenta comunicacional que disponibiliza online os dados dos municípios.

1.2 Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)

Desde o início de 1935, na gestão do então governador General Flores da Cunha, o TCE sempre teve como propósito o de fiscalizar as ações das administrações públicas.

Anteriormente, 1892, as atribuições fiscalizatórias ficavam a cargo da Câmara dos Deputados Estaduais, a qual era responsável por examinar os gastos públicos do Poder Executivo. Juízes nomeados pelo Governador ficavam responsáveis por acompanhar as questões orçamentárias do governo estado, assim como dos municípios, julgando-as quando necessário.

Com tal tarefa, o papel do TCE-RS é de relevância para o estado, levando em conta que em alguns outros estados não apresentam da mesma forma os recursos de acompanhamentos das atividades públicas das prefeituras para os indivíduos que acessam o site. Na intenção de supervisionar aonde governantes estavam investindo, o Tribunal tem como atribuição fiscalizar a legitimidade da procedência até mesmo dos patrimônios pertencentes aos agentes públicos. O TCE tem como atribuições também o de:

- Exercer, com a Assembleia Legislativa, na forma da Constituição, o controle externo das contas dos Poderes do Estado e, com as Câmaras de Vereadores, o mesmo controle na área municipal;
- Emitir Parecer Prévio sobre as contas do Governador e dos Prefeitos Municipais;
- Realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de gestão ambiental, acompanhando a execução de programas de trabalho e avaliando a eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos órgãos e entidades fiscalizados. (TCE, 2015)

O TCE-RS possui uma estrutura interna composta pelo tribunal pleno, câmaras, câmaras especiais, conselheiros e auditores substitutos, presidência, vice-presidência, corregedoria, auditoria e corpo técnico. Está diretamente ligado ao Ministério Público de Contas, que tem como função zelar pela aplicação da lei e como atribuição a de “propor a instauração de tomadas de contas especiais e a realização de auditorias e inspeções especiais e extraordinárias” (TCE-RS, 2015). Neste sentido, a instituição tem como missão “exercer o controle externo sobre a gestão do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul, em conformidade com as regras e os princípios constitucionais, contribuindo para o aperfeiçoamento da Administração Pública, em benefício da sociedade.” (TCE, 2015). A visão da instituição é “ampliar o reconhecimento da sociedade a partir da atuação do TCE-RS no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública”.



Figura 1: Layout do site do TCE-RS. À direita o “Controle Social” (2015).

O planejamento e as metas do TCE estão estruturados no próprio site, possibilitando a compreensão de suas ações e de que forma conduz suas funções em todo estado do Rio Grande do Sul. O “Controle Social” entra nesta conjuntura a partir da democratização do acesso à informação, assim, configurando o foco principal do estudo, o qual será analisado no tópico a seguir.

1.3 O “Controle Social”

Neste primeiro momento, a ideia de “Controle Social” apresentada será a de controle, no qual é possível uma “produção de novos comportamentos” (MACHADO, 2012, p. 31). A noção acerca de “Controle Social” é diferente dependendo de cada contexto histórico. Inclusive seu princípio não se deu no Brasil e sim, “refere-se que o termo tem origem na sociedade norte-americana, no século XX, enquanto mecanismos de cooperação e de coesão voluntária da sociedade” (AVAREZ, 2004, p.169). Após a Segunda Guerra Mundial, a relação entre o Estado e os mecanismos de controle passa a ter seu foco no controle social propriamente dito (MACHADO, 2012).

No contexto brasileiro, durante a Ditadura Militar o Estado tinha o controle à força sobre a sociedade. O controle era feito com violência e repressão e tinha como objetivo “a manutenção do poder das elites econômicas e militares, legitimação da ordem, estabelecida por um modelo de Estado dominante” (MACHADO, 2012, p. 39), restringindo a liberdade

civil, negando o direito do exercício da cidadania, tendo repercussão também nos espaços organizados pela sociedade como sindicatos e associações. Neste contexto, a ideia “voltava-se ao controle dos cidadãos e cidadãs pelo Estado através de um estatuto jurídico-legal em que eram definidas normas necessárias à ordem social em uma determinada sociedade” (MACHADO, 2012, p. 41).

A indignação da sociedade gerou uma mobilização maior de cidadãos que, através de grupos organizados e de articulação com outros setores da sociedade fortaleceram o objetivo de redemocratização do país (MACHADO, 2012). Deste modo a pressão social surtiu efeito, como a Assembleia Geral Constituinte, em 1985, e a Constituição Federal em 1988. Compreende-se, portanto, que a mobilização surtiu um significativo progresso para as políticas que tivesse como propósito o bem estar do cidadão brasileiro. O “Controle Social”, neste contexto, passa de fato a ter uma participação ativa da sociedade, o qual se posiciona como protagonista das mudanças ocorridas no Brasil.

Nos dias de hoje, em termos conceituais, todos os órgãos do governo utilizam a mesma definição. O Ministério do Desenvolvimento Social (2015), por exemplo, define o “Controle Social” como sendo a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública no acompanhamento das políticas. Braga (2011) fornece as funções do controle:

- 1) **função política:** que se expressa pela participação de segmentos da sociedade civil em processos decisórios, de promoção da transparência e do acompanhamento da gestão pública;
- 2) **função jurídica:** que se faz presente ao funcionar como elemento de defesa dos interesses individuais e coletivos e dos aspectos de legalidade da gestão pública, conforme previsto no ordenamento jurídico e na legislação vigente;
- 3) **função social:** assegurar ou ampliar os direitos sociais aos cidadãos ou àquelas comunidades, antes excluídas desses direitos. Manifesta-se quando estimulam-se os cidadãos ao aprendizado da cidadania e a serem sujeitos ativos. (BRAGA, 2011, p. 53)

As funções apresentadas objetivam principalmente ampliação do controle que o cidadão possui em relação ao Estado. Machado (2012) complementa associando controle social ao ato de controlar aquilo que é de interesse da sociedade. Nesta ideia é apresentada uma segunda perspectiva. Compreendendo por outra perspectiva, o “Controle Social” também adquire um novo atributo, o de interface comunicacional, ferramenta que está entre a sociedade e o poder público.

No TCE, o “Controle Social” aparece como forma de fiscalização dos gastos do poder público. No presente trabalho assume o papel de ferramenta, de interface, no qual se torna um importante mecanismo de subsídios para a aplicação da cidadania perante a gestão pública do Estado e municípios. Nesta perspectiva são apresentados os dados que corroboram para a interpretação da situação de determinada localidade, posteriormente servindo para articulação de subsídios para construção de uma informação, completando assim uma comunicação pública.

Um termo que se adéqua ao papel que o TCE e o “Controle Social” possui na internet é o de *interface*. Este conceito é mais utilizado na área da computação, referindo-se a uma mediação / decodificação, uma imagem “amigável” entre os dados “puros” ou primários¹ e quem os visualiza. O conceito utilizado no presente estudo não será simplesmente o de “decodificador”, será o de ferramenta comunicacional para um fim público. O site tem como serviço o de intermédio, *interface* com fácil compreensão e usabilidade, como mostra anexo 1, 2 e 3 respectivamente. Neste sentido, a comunicação pública se estabelece por uma interface dinâmica, onde a administração pública disponibiliza as informações, o “Controle Social” às publiciza e, por meio deste, a sociedade fiscaliza a gestão pública.

Machado (2012) trás a publicização dos dados do “Controle Social” tendo que contemplar três sentidos: técnico, pedagógico e político. Atendo ao pedagógico, no qual, se refere quando “ocorre mediante a construção de instrumentos que possibilitam o acesso às informações referentes às políticas sociais públicas em articulação com outras políticas” (MACHADO, 2012, p. 100). Ou seja, o “Controle Social” auxilia nessa construção ao apresentar o orçamento de diferentes políticas aplicadas em diferentes áreas. Isso “significa pensá-la enquanto instrumento capaz de contribuir para a formação de opinião e para o fortalecimento de iniciativas necessárias à viabilização de políticas públicas” (MACHADO, 2012, p. 100).

Nesta lógica a autora prossegue, afirmando que a publicização dos dados constitui em um importante poder nas mãos da sociedade. “Emerge com mais intensidade a necessidade de democratização das informações e dos meios de comunicação, a transparência na gestão do Estado e a visibilidade das ações” (MACHADO, 2012, p. 99). Ou seja, a legitimação do acesso à informação se torna necessária para intensificar o processo da participação popular.

¹ Dados primários correspondem a dados administrativos ou pesquisados direto do informante. Dados secundários são coletados e disponibilizados por agências ou outras instituições (ORBIS, 2010)

1.3.1 Legislação da Informação

A seguridade do acesso à informação está na Constituição Federal de 1988, no qual, nesta está disposta o que é fiscalizado e por qual órgão.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Nesta perspectiva, como forma de instrumentalização do “Controle Social”, o aperfeiçoamento da legislação corrobora para a garantia dos direitos dos cidadãos referente aos gastos e ações da gestão pública. Como já mencionada, a Constituição foi um marco para descentralização da formulação das políticas públicas. Já a Lei de nº 9.755/98 sanciona a primeira forma digital de transparência do Tribunal de Contas da União (FIGUEIREDO; SANTOS, 2015). Posteriormente, a Lei Complementar (LC) nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece restrições orçamentárias que tem como objetivo preservar a situação dos agentes federativos.

Segundo Figueiredo; Santos (2015, p. 11), “em 2005, foi publicado Decreto da Presidência da República nº 5.482 de 30 de junho de 2005 dispondo sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal na internet”, ou seja, mais um auxílio na ampliação da participação pública, na fiscalização mais próxima do que o Estado estava desenvolvendo.

Nesse aspecto, a Lei de Acesso à Informação que está em vigor desde 16 de maio de 2012, é outra legislação que garante ao cidadão o direito de saber sobre qualquer informação oriunda dos três poderes no país. São dados referentes a atividades exercidas pelos órgãos, construção e execução de projetos, licitações.

Com o mesmo intuito, a LC da Transparência nº 131, de 2009, segundo o portal da transparência (2015), é uma alteração na redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere justamente à transparência da gestão pública quanto aos gastos e transações orçamentárias. Logo, Santos e Figueiredo (2015, p. 4), “a transparência está associada à divulgação de informações que permitam que sejam averiguadas as ações dos gestores e a consequente responsabilização por seus atos”, trabalho este também executado pelo TCE no estado.

A transparência permite que o cidadão acompanhe a gestão pública, analise os procedimentos de seus representantes e favoreça o crescimento da cidadania, trazendo às claras as informações anteriormente veladas nos arquivos públicos. Um país transparente possibilita a redução dos desvios de verbas e o cumprimento das políticas públicas, proporcionando benefícios para toda a sociedade e para imagem do país nas políticas externas. (FIGUEIREDO; SANTOS, 2015, p.05)

A LC garante a divulgação de todo o processo de despesas, prestação de serviços e processos licitatórios. Ao que se refere à receita, a LC garante o lançamento da receita dos recursos das unidades gestoras. Todas as informações são lançadas e divulgadas na rede mundial de computadores.

Outro ponto interessante a ser mencionado é a questão dos dados abertos, que consiste no compartilhamento de dados brutos na internet, a fim de que programadores possam criar aplicativos que auxiliem no aumento a fiscalização de diversas formas e também de maneira que possa ser compreendido automaticamente. A demanda surgiu com o intuito de maximizar a transparência, colaboração e participação cidadã na formulação de políticas públicas.

a publicização pode constituir-se em instrumento de participação cidadã mediante a divulgação de denúncias em torno da violação de direitos, políticas públicas implementadas através de programas, projetos e serviços desenvolvidos por governos ou por organizações da sociedade civil e dados, no que se refere ao orçamento público (MACHADO, 2012, p. 100).

O cidadão que analisa e compreende as informações disponibilizadas, faz com que as ferramentas se tornem eficazes e que, por consequência, sejam melhor aproveitadas as contribuições na formulação e implementação de políticas públicas.

2 DOS INDICADORES SOCIAIS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os indicadores sociais têm como finalidade mostrar o que está acontecendo na realidade social em termos de repercussão das políticas públicas, os resultados, mudanças e impressões da sua aplicação (JANNUZZI, 2002). Fornecem possibilidades na formulação de ações públicas através da avaliação de projetos recorrentes. Os indicadores facilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade, dos fenômenos sociais. Salvador Arroyo (2006), ao mencionar outros autores, comenta sobre os conceitos de indicadores sociais a partir de fenômenos observados na sociedade, enfatizando as singularidades de cada localidade e suas potencialidades.

Por otra parte, como señalan Miguel, J. M. y Sevilla-Guzmán, E. (1973), un indicador es la conversión de una variable teórica obtenida tras la observación de un fenómeno en una variable práctica tras aplicar mediciones empíricas. Para Gallopin (1996) los indicadores son representaciones operativas de un atributo de un sistema, las cuales son definidas en términos de un procedimiento de medida u observación determinado. un indicador es sinónimo de indicio, de evocación, de signo, deberá reflejar adecuadamente la naturaleza, peculiaridades y nexos de los procesos que se originan en una actividad cultural. (ARROYO, 2006, p. 91)

A discussão sobre as políticas públicas, por muitas vezes, é reforçada devido às informações dos indicadores, o qual embasa a discussão sobre uma determinada área, a fim de dar subsídios na implementação de políticas. A partir dos indicadores é possível diagnosticar necessidades que venham a aparecer durante um processo de uma política pública. Ou seja, a repercussão que a mesma gera na sociedade contempla o desenvolvimento de uma avaliação sobre as medidas tomadas em relação a um fenômeno.

Neste sentido, os indicadores colaboram no aprofundamento da investigação inclusive acadêmica dos fenômenos sociais e da mudança na sociedade (JANNUZZI, 2002). “Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados” (JANNUZZI, 2002, p. 55).

Ao compreender as utilidades e limitações dos indicadores sociais, os agentes envolvidos tem uma possibilidade maior de definir o que é relevante e onde investir o dinheiro público. Nesta perspectiva, quanto melhor trabalhados os indicadores, melhor será a análise, desenvolvimento e a implementação das políticas públicas (JANNUZZI, 2002). Observar atentamente, compreender e interpretar sobre a realidade local ou o fenômeno, faz com que o monitoramento do mesmo seja feito de forma precisa e orientada.

Tratar da quantificação do fenômeno, ou seja, dos dados, a confiabilidade das fontes e o processo de captação dos dados, influencia na sistemática da produção da política. Os indicadores podem estar suscetíveis a erros decorrentes à coleta dos dados. Por sua vez, o uso de dados primário e secundário não garante a credibilidade das cifras calculadas (JANNUZZI, 2002).

Assim, a escolha de indicadores sociais para avaliação de políticas depende ademais de suas propriedades, da finalidade a que se destinam. Na proposição de um modelo de avaliação das políticas públicas, a matriz de indicadores sociais deve ser necessariamente complexa, contemplando indicadores relativos às diferentes políticas setoriais, às distintas fases do processo de implementação dos programas e aos objetivos a que se destinam (JANUZZI, 2002, p.60).

Com a finalidade de dar mais credibilidade aos indicadores, fazendo com que a mobilização dos indivíduos interessados seja reforçada e melhor articulada, os indicadores apresentam algumas características, sendo elas: dados de origem confiável; comunicabilidade; disponibilidade e periodicidade; desagregação em termos “geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos” (JANNUZZI, 2002, p. 57); por fim, especificidade, isto é, não ser tão abrangente, contudo, não ser tão específico a ponto de não ser replicado. É unânime entre os autores que os indicadores não dão conta plenamente de todas as características, entretanto, ao analisar o indicador é necessário um cuidado em caso de *trade-off*² devido às diferentes possibilidades que possam ser construída (JANNUZZI, 2002, p. 3).

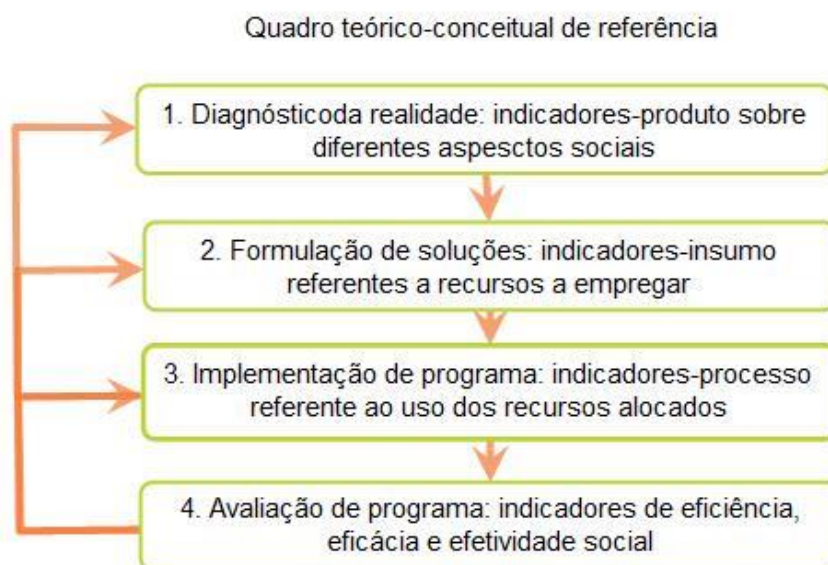
Tabela 1 – Propriedade dos Indicadores

Propriedades desejáveis dos indicadores	
Confiabilidade de informação	Cuidado com a fonte, em caso de usar uma agência especializada, e a metodologia de coleta se caso for direto aos dados. Observando a possibilidade de rastreamento para usos posteriores.
Comunicabilidade	Que seja de fácil e clara divulgação, a construção dos cálculos seja simples e compreensível e oferecer um parâmetro de comparação.
Disponibilidade e Periodicidade	Os indicadores estejam disponíveis para a tomada de decisões, facilidade de coleta e atualização, tendo baixo custo e atualizados com a mesma metodologia.
Desagregação	Devem ser capazes de atender diferentes necessidades de avaliar estratos sociais ou localidades. Auxiliando a compreensão da diversidade.
Especificidade com Sensibilidade	Não devem ser amplos, entretanto, não tão específico para apenas quem formulou os entenda. Deve abarcar as

² No texto o autor utiliza o termo *trade-off* para explicar quando duas opções são contrárias, no qual, ao escolher uma opção exclui as vantagens da opção não escolhida.

Fonte: ORBIS (2010, p. 13)

Além de algumas características, os indicadores sociais apresentam configurações que originam-se da relação entre o indicando e o indicador proposto (JANNUZZI, 2002). Com a finalidade de avaliar a política pública, os indicadores possuem algumas propriedades decorrentes de sua função. Entre elas estão: o indicador-insumo, indicador-produto e indicador-processo. Indicadores-insumo corresponde à medida associada à disponibilidade de recursos, seja esse financeiro, de programas sociais, humanos; indicadores-produto, que mostram o que resultou das políticas aplicadas; os indicadores-processo fazem o intermédio, apresentando de forma quantitativa “o esforço operacional de alocação de recursos” (JANNUZZI, 2002, p. 60), como os apresentados no indicador-insumo, a fim de expor as melhorias das políticas aplicadas anteriormente (JANNUZZI, 2002). Abaixo, esquema ilustrativo sobre o exposto acima sobre os indicadores na formação das políticas públicas.



Fonte: Jannuzzi (2012, p. 41).

Compreender indicadores sociais é ver de que forma as coisas estão acontecendo e de que maneira isso colabora para melhorias. O que acontece a partir das políticas públicas, tendo os indicadores como forma de construção, avaliação e monitoramento das políticas. Por sua vez, as políticas direcionadas para a cultura, mesmo ainda numa crescente de estudos e pesquisas na área, têm colaborado para um desenvolvimento significativo no campo das expressões culturais.

2.1 Indicadores Culturais

Os indicadores culturais, que começaram a ser discutidos por volta nos anos 70, assim como as políticas culturais, tornaram-se interesse dos governos e da academia há não muito tempo. Arroyo (1999) faz uma linha cronológica sobre o surgimento dos indicadores culturais ao longo da história. O autor inicia mencionando a UNESCO que em 1972, em Helsinki na Finlândia, organizou uma reunião onde houveram as primeiras impressões sobre estatísticas e indicadores na perspectiva cultural, tornando-se assim um marco histórico para os indicadores culturais. Em 1979, em Viena, Bohner (1979) sugere as características que os indicadores deveriam apresentar, inclusive já referido anteriormente. Na *International Conference on Communication*, no México, houve uma sessão exclusiva para discutir pela primeira vez sobre as estatísticas culturais, tendo como nome “Os Indicadores Culturais e o Futuro das Sociedades Desenvolvidas” (ARRROYO, 1999, p. 1).

No ano de 1983, a *Academia de las Ciencias Austriacas* realizou um simpósio a fim de discutir indicadores culturais. Este foi chamado "Os Indicadores Culturais para o Estudo Comparativo da Cultura". Posteriormente, em 1986, todas as articulações mencionadas resultaram em um projeto da UNESCO intitulado “*Framework for Cultural Statistics*”, no qual são mostrados os quadros estatísticos de diferentes países e o que os mesmos dizem sobre cultura e suas expressões culturais, atualizado em 2009 (PFENNIGER, 2004). Devido à carência em estatísticas e aprofundamento no assunto durante a década de 90, originou-se o Grupo de Orientação Específico na Europa. Este grupo tinha como intuito o de “criar um sistema de informação coerente e comparável entre os Estados membros” (PFENNIGER, 2004, p. 3).

Este contexto histórico chamará atenção para a formação de conceituação e constituição dos indicadores culturais. Uma dessas situações históricas em debate foi o próprio conceito de cultura. Assim, para o presente trabalho, é importante estabelecer um marco referencial para o conceito de cultura, já que para cada definição do termo os indicadores as estatísticas para a medição serão diferentes (PFENNIGER, 2004, p.2). Nesta conjuntura, toma-se como base inicial a definição de Isaura Botelho (2001) para cultura no que se refere à construção de políticas públicas. A autora traz as duas dimensões da cultura, a antropológica e a sociológica, sendo a antropológica a subjetividade do indivíduo desenvolvida através das interações sociais, formando assim “pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade” (BOTELHO, 2001, p. 74). A dimensão da cultura

sociológica, como a autora aponta, “refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria” (BOTELHO, 2001, p. 74), ou seja, deixa em segundo plano as particularidades do indivíduo.

La cultura y las políticas culturales pueden jugar un papel importante no solo en el desarrollo social, mejorando la cohesión social, sino también en el desarrollo económico, urbanístico, medio ambiental, turístico, etc. de los territorios. Nos situamos en una «política cultural proyectiva que puede vehicular, a través de su articulación, las posibilidades de desarrollo en aspectos tan relevantes como la vertebración simbólica del territorio (LLADÓ; MASÓ, 2012, p. 118)

É nessa perspectiva que os indicadores culturais dão a dimensão da materialização dos investimentos e das ações em prol do desenvolvimento da cultura, tanto local quanto a nível nacional. Esta materialização acontece de forma numérica e de maneira que a mensuração seja estatística. No entanto, mesmo tendo uma reflexão acerca do que será usada como “cultura”, Mariana Pfenniger (2004) diz que “a complexidade do termo ‘cultura’ deveria fazer-nos supor que não tem indicadores nem estatística capaz de captá-lo em sua totalidade” (2004, p. 2, tradução nossa). Todavia, o que se é possível quantificar das expressões culturais já é de valia para se ter um panorama do desenvolvimento da realidade cultural de determinada localidade.

Por ende, un indicador cultural se diseña especialmente con el fin de entregar información pertinente a las políticas culturales. Un indicador es más que un dato: es una herramienta diseñada a partir de datos que le dan sentido y facilitan la comprensión de la información. Un indicador debe ser una información sintética que oriente sobre dónde se está respecto a cierta política y que ayude a los responsables políticas en la toma de decisiones (PFENNIGER, 2004, p. 3).

Neste sentido, a constituição de indicadores culturais precisa partir de uma teorização do fenômeno que se deseja quantificar, para depois estabelecerem as variáveis necessárias para a construção de conhecimento dentro da abordagem escolhida, demarcando-se a perspectiva de onde se analisa o objeto (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Ao seguir nessa perspectiva, as políticas públicas culturais se fortaleceram com a sensibilidade com que começaram a ser vistos os indicadores culturais. O desenvolvimento local a partir das estatísticas culturais gerou uma reação tanto no Estado quanto na academia, de aprofundar a pesquisa sobre o decorrer do que até então os indicadores corroboraram na avaliação e construção das políticas públicas. Assim, as políticas públicas não se constroem

apenas por causa das mobilizações sociais, mas também fundamentadas em dados estatísticos. Ou seja, as políticas culturais constituem-se a partir da percepção que ocorre após a compreensão dos indicadores culturais resultantes de uma apresentação nem sempre direta, das informações das gestões públicas. O compartilhamento dessas informações estabelece o que podemos chamar de comunicação pública, assunto este que será melhor articulado na sequência do estudo.

O Estado, nesta perspectiva, torna os gastos públicos em dados, nos quais é possível visualizar as variáveis que auxiliam na construção dos indicadores culturais. É nessa lógica que as políticas públicas são desenvolvidas, usufruindo dos subsídios estatísticos para a sua construção, avaliação e manutenção. Os dados, por sua vez, compreendem num importante aspecto do processo que fazem com que um indicador seja ou não confiável e, por conseguinte, colaborativo às políticas públicas.

2.2 A Transformação dos Dados em Indicadores Culturais

Ao falar dos dados, é necessário que se diga anteriormente sobre a fonte utilizada para retirada e de que forma é feita a coleta dos dados. Isso leva aos resultados e um risco menor de erro. As fontes no país podem ser de origem governamental, recolhidas de agências especializadas em estatísticas e economia, instituições empresariais (ARROYO, 2006). Existem quatro tipos de fontes de informações, a primeira é administrativa, no qual são sistematizados por meio de processos administrativos e depois otimizados para torná-los públicos; de pesquisa, geralmente orientada por um questionário, pesquisa amostral ou censo com um tempo específico; o censo é um conjunto de dados que descrevem um fenômeno e; pesquisa amostral entendida como um subconjunto de dados extraídos de um grupo, geralmente utilizada por sua simplicidade e baixo custo (ORBIS, 2010).

O IBGE, por exemplo, coordena o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas e executa pesquisas produzindo dados primários (JANNUZZI, 2002), e também dissemina e compila as informações. As secretarias estaduais e ministérios, da mesma forma, coletam dados administrativos produzindo dados primários que contribuem para pesquisas amostrais. Uma pesquisa amplamente citada é o censo demográfico que inicialmente em seu histórico teve finalidade militar e fiscalizador.

Arroyo (2006) fala que podem ser projetadas as formas que são coletados os dados, como um grupo focal para observação de comportamentos e opiniões de um

determinado grupo, assim como dinâmicas em grupo, instigando através das perguntas suas motivações e opiniões acerca de serviços e produtos culturais, por exemplo. O autor esclarece que é importante não ter apenas uma fonte estatística pois pode não abarcar todas as possibilidades.

La diversidad de fuentes y áreas técnicas involucradas en el tratamiento y análisis de las estadísticas culturales hace recomendable, desde la perspectiva de la elaboración de un SIC, optar por una estrategia de trabajo conjunta y coordinada que redireccione hacia una misma senda los esfuerzos individuales (ARROYO, 2006, p. 92).

Desta maneira os dados podem ser caracterizados de duas maneiras, sendo elas: dados contínuos e dados discretos (ORBIS, 2010). Dados contínuos correspondem a dados possíveis de medir em uma faixa específica, uma unidade de medida, por exemplo, volume em decibéis do show artísticos. Dados discretos referem-se às resultantes de contagens ou classificação (ORBIS, 2010), exemplo, ingressos vendidos em uma temporada.

É importante frisar que os dados por si só não possuem capacidade suficiente para informar sobre um fenômeno, não podendo assim, afetar o comportamento do seu receptor (ARROYO, 2006). Ou seja, “para ser utilizados devem converter-se em indicadores e estes novamente em informação para oferecer as bases da futura ação pública em termos culturais, produzindo um *feedback*”³ (ARROYO, 2006, p. 89). Os dados são apenas o princípio de uma articulação maior, ou seja, a partir deles que as informações são construídas e assim, possíveis de serem entendidas e transmitidas. Neste sentido, “a importância dos dados está na sua capacidade de associar-se dentro de um contexto para converter-se em informação”⁴ (ARROYO, 2006, p. 89).

uno de los principales problemas es la adecuación de la información existente y su transformación a datos analizables. Existe mucha información en el entorno cultura, sin embargo la mayoría no es exportable a datos y en consecuencia susceptible de convertirse en indicadores válidos(ARROYO,2006, p.90)

Assim como a percepção sobre o que é possível quantificar e tornar indicador cultural, a confiabilidade das ferramentas utilizadas no processo de captação, análise e compreensão

³ Tradução livre de: *Para ser utilizados deben convertirse en indicadores y estos nuevamente en información para ofrecer las bases de la futura acción pública en términos culturales, produciéndose un feedback* (ARROYO, 2006, p. 89)

⁴ Tradução livre de: *a importancia de los datos está en su capacidad de asociarse dentro de un contexto para convertirse en información* (ARROYO, 2006, p. 89).

dos dados, colabora para uma apropriação no momento de utilizar as informações para a construção de um argumento.

A confiabilidade é a garantia de que a informação resulta da realidade vivida pelo órgão e precisa ser legitimada pelos órgãos de fiscalização, proporcionando segurança ao cidadão de que a informação é fidedigna. Através da divulgação das ações governamentais, a sociedade tem acesso à gestão das verbas públicas, contudo as informações necessitam ser confiáveis. (FIGUEIREDO; SANTOS, 2015, p. 05)

Nesta conjuntura, é possível reiterar o favorecimento pela descentralização da administração pública, no qual pode analisar de perto a demanda da população e melhor aplicar o orçamento. Mantendo como base administrativa a gestão federal que disponibiliza através de seus ministérios dados e informações de maior credibilidade.

Os indicadores com esses dados que avaliam as políticas públicas, segundo Lladó e Masó (2012), passam por um processo de construção. Contudo, “a ferramenta não pretende avaliar todas as dimensões das políticas culturais, mas considerar prioritariamente os elementos culturais que ajudem a fomentar a participação cidadã”⁵ (LLADÓ; MASÓ, 2012, p. 127). O primeiro tópico é a metodologia de investigação, no qual

la primera fase fue la definición del marco conceptual y teórico. Con esta aproximación teórica se concretó el objetivo de estudio y el posicionamiento político en el que encuadrar el sistema de indicadores. Una vez establecido este marco, se desarrollan las tres siguientes fases de investigación: propuesta inicial de indicadores y diseño de instrumentos para su construcción y concreción, validación de la propuesta de indicadores a partir de la validación de expertos y su aplicación empírica, y en último término, la redacción final de la propuesta. (LLADÓ; MASÓ, 2012, p. 127).

Posteriormente, os tópicos de uma abordagem teórica e o projeto de instrumentos. Abaixo, quadro que corresponde a doze áreas onde aponta elementos para aplicação, compreensão e interpretação de indicadores culturais, aplicável aos demais tipos de indicadores.

Quadro 2 – *Descriptorios de los campos para la construcción de indicadores cuantitativos.*

⁵ Tradução livre de : “La herramienta no pretende evaluar todas las dimensiones de las políticas culturales, sino considerar prioritariamente los elementos culturales que ayuden a fomentar la participación ciudadana ” LLADÓ; MASÓ, 2012, p. 127).

DENOMINACIÓN	Nombre del indicador.
REFERÈNCIA	Numeración del indicador dentro de la propuesta de indicadores elaborada.
OBJETIVO	Precisa el objetivo del bloque de indicadores del cual forma parte.
FÓRMULA	Definición de la fórmula estadística a partir de la cual se concretará el indicador.
ESTRUCTURA	Análisis de cualquier subcomponente interesante de los indicadores. Por ejemplo, análisis de las variables por subpoblación.
INFORMACIÓN TÉCNICA	Definición de las variables, de los conceptos implicados y de las observaciones técnicas requeridas para obtener datos del indicador.
UNIDAD	Unidad de medida del indicador (porcentaje, valor absoluto, índice, etc.).
PERIODICIDAD	Periodicidad durante la cual se deberán obtener los datos para medir el indicador: mensual, semestral, anual, etc.
FUENTE DE INFORMACIÓN	Donde o desde donde se obtendrán los datos para construir el indicador.
NIVEL	Grado de consecución o adecuación del indicador.
INTERPRETACIÓN	Información comparativa utilizada para dar significado al indicador, por tanto aquella información necesaria para definir si los valores son significativos.
LIMITACIONES	Descripción de las limitaciones del indicador al medir su objetivo. Descripción de lo que no evalúa o no tiene en cuenta el indicador.

Fonte: Lladó; Masó (2012, p. 129).

A confecção da ficha técnica consiste em assegurar a viabilidade e o uso do indicador. Contudo, é importante ter em mente que ao longo do processo de desenvolvimento da ficha técnica se percebe que há outras maneiras de medição do conceito desejado (ORBIS, 2010).

3 CONFIGURAÇÃO DE INDICADORES CULTURAIS POR MEIO DO “CONTROLE SOCIAL”

Os empenhos do TCE-RS disponibilizados através do “Controle Social” na função 13-Cultura, apresentam os seguintes dados: o nº do empenho, o tipo (empenho, pago, liquidado), o credo, a data, o valor do empenho e o histórico (descrição do gasto). Na aba “Credor”, há um detalhamento do tipo de pessoa, se pessoa física (CPF) ou pessoa jurídica (CNPJ), e o valor correspondente. A partir disso é viável articular com outras fontes a fim de visualizar e compreender o cenário cultural local. Os dados expostos no “Controle Social” juntamente com os dados e informações do IBGE, por exemplo, é possível saber quanto é gasto por habitante em cultura em um determinado município.

Abaixo serão apresentadas quatro tabelas que mostram a ficha técnica dos indicadores culturais viáveis a partir dos dados disponibilizados do TCE-RS através do “Controle Social”. São elas: gasto em cultura per capita; gasto em cultura por tipo de pessoa (CPF/ CNPJ); média dos gastos em cultura por período determinado e; porcentagem em cultura com relação ao gasto total.

Tabela 2 – Ficha técnica do indicador: gasto em cultura per capita.

Definição	Gasto em cultura per capita
Interpretação e Uso	Compreende-se no gasto das prefeituras municipais durante o ano Alocação de recursos públicos municipais em cultura por habitante.
Limitações	O setor financeiro responsável por passar para o TCE os dados não necessariamente passa os dados referentes às ações ligadas a cultura, como também podem relacionar expressões culturais a outros setores, não podendo assim analisar a sua totalidade.
Metodologia de Cálculo Simplificada	$\frac{\text{Gasto em cultura}}{\text{Número de habitantes segundo o IBGE}}$
Desagregação Geográfica	Municípios, Estado
Periodicidade	Anual
Fonte	Dados: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) Instituto Brasileiro de Geografia e estatística IBGE
Categorias disponíveis (subgrupos)	-
Parâmetros e Recomendações	Não há parâmetros
Informações complementares	Informações disponibilizadas geralmente por secretarias, departamentos ou, muitas vezes não são direcionados na função “Cultura”. Muitas vezes as variações significativas correspondem ao

	interesse da gestão do município. Pode-se assim compreender as especificidades de cada localidade.
--	--

Fonte: adaptação ORBIS (2010) e LLADÓ; MASÓ (2012).

Tabela 3 – Ficha técnica do indicador: porcentagem de gasto em cultura por tipo de pessoa.

Definição	Percentual de gasto em cultura por tipo de pessoa.
Interpretação e Uso	Compreende-se na destinação do gasto das prefeituras municipais durante o ano em cultura para CPF e CNPJ.
Limitações	No caso do CNPJ a desatualização do cadastro ou o fechamento da empresa no site da Receita Federal não terá nem o CNPJ válido e nem o registro do CPF.
Metodologia de Cálculo Simplificada	$\text{Percentual em CPF} = \frac{\text{Total gasto em cultura em CPF}}{\text{Gasto total em cultura}} \times 100$ $\text{Percentual em CNPJ} = \frac{\text{Total gasto em cultura em CNPJ}}{\text{Gasto total em cultura}} \times 100$
Desagregação Geográfica	Municípios, Estado
Periodicidade	Anual
Fonte	Dados: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)
Categorias disponíveis (subgrupos)	-
Parâmetros e Recomendações	Não há parâmetros
Informações complementares	Informações disponibilizadas geralmente por secretarias, departamentos ou, muitas vezes não são direcionados na função “Cultura”. Muitas vezes as variações significativas correspondem ao interesse da gestão do município. Pode-se assim compreender as especificidades de cada localidade.

Fonte: adaptação ORBIS (2010) e LLADÓ; MASÓ (2012).

Tabela 4 – Ficha técnica do indicador: média de gasto em cultura.

Definição	Média de gasto em cultura.
Interpretação e Uso	Compreende na média de gasto por um período específico, podendo comparar o gasto entre gestões do município.
Limitações	O setor financeiro responsável por passar para o TCE os dados, não necessariamente, passa os dados referentes às ações ligadas a cultura, como também, podem relacionar expressões culturais a outros setores, não podendo assim, analisar a sua totalidade.
Metodologia de Cálculo Simplificada	$\text{Média de gasto em cult} = \frac{\text{valor referente aos anos selecionados}}{\text{Nº de anos selecionados}}$
Desagregação Geográfica	Municípios, Estado
Periodicidade	Anual

Fonte	Dados: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)
Categorias disponíveis (subgrupos)	-
Parâmetros e Recomendações	Não há parâmetros
Informações complementares	Informações disponibilizadas geralmente por secretarias, departamentos ou, muitas vezes não são direcionados na função “Cultura”. Muitas vezes as variações significativas correspondem ao interesse da gestão do município. Pode-se assim compreender as especificidades de cada localidade.

Fonte: adaptação ORBIS (2010) e LLADÓ; MASÓ (2012).

Tabela 5 – Ficha técnica do indicador: porcentagem dos gastos em cultura relação ao gasto total.

Definição	Porcentagem do gasto em cultura em relação ao gasto total do município.
Interpretação e Uso	Compreender o percentual do gasto em cultura com relação ao total e também, posteriormente um comparativo com outras áreas da prefeitura.
Limitações	O setor financeiro responsável por passar para o TCE os dados não necessariamente passa os dados referentes às ações ligadas a cultura, como também, podem relacionar expressões culturais a outros setores, não podendo assim, analisar a sua totalidade.
Metodologia de Cálculo Simplificada	$\frac{\text{Gasto total em cultura}}{\text{Gasto total}} \times 100$
Desagregação Geográfica	Municípios, Estado
Periodicidade	Anual
Fonte	Dados: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)
Categorias disponíveis (subgrupos)	-
Parâmetros e Recomendações	Não há parâmetros
Informações complementares	Informações disponibilizadas geralmente por secretarias, departamentos ou, muitas vezes não são direcionados na função “Cultura”. Muitas vezes as variações significativas correspondem ao interesse da gestão do município. Pode-se assim, compreender as especificidades de cada localidade.

Fonte: adaptação ORBIS (2010) e LLADÓ; MASÓ (2012).

Para melhor elucidar a aplicabilidade dos indicadores culturais, o exercício metodológico utiliza-se do caso da prefeitura de Santo Ângelo, como já estudado em outro momento⁶.

⁶ Ver pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a “Rota Missões” no Rio Grande do Sul”. Desenvolvida em 2014, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em parceria com o Ministério da Cultura.

Município com 78.836 habitantes, em 2013 teve um gasto total de 116.313.292,33 e o gasto total em cultura de 755.694,39.

Quadro 3 – Caso município Santo Ângelo, 2013.

Indicador cultural	Resultado
Gasto em cultura per capita	R\$ 9,58
Porcentagem de gasto em cultura por tipo de pessoa	CPF = 78% CNPJ = 6,6 %
Média de gasto em cultura	2011 a 2013: R\$ 930.448,06
Porcentagem dos gastos em cultura relação ao gasto total	0,99 %

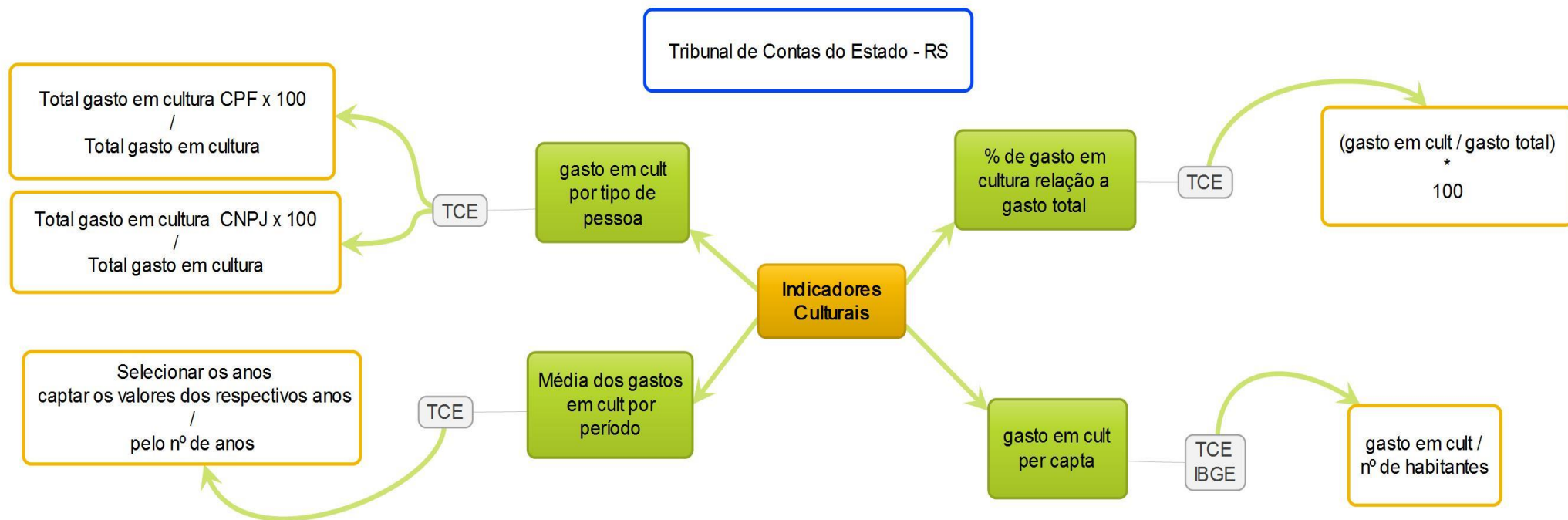
Fonte: Martins, 2015.

3.1 Sistema de indicadores culturais a partir do TCE - Mapa mental

O sistema de indicadores “constitui-se num conjunto de informações selecionadas e organizadas a partir de determinado tema, com o apoio de fontes produtoras oficiais ou produzidas internamente para atender a objetivos específicos da organização” (ORBIS, 2010, p. 77). Ou seja, no presente trabalho a fonte produtora é o próprio “Controle Social” a intermédio do TCE-RS..

De esta manera, los SIC debemos integrarlos en un sistema complejo de información- comunicación que responda a la necesidad de contar con información accesible públicamente, sistematizada y generada de manera regular para: en primer lugar, elaborar los indicadores que nos permitan realizar diagnósticos; en segundo lugar, evaluar las políticas culturales y, finalmente, orientar la toma de decisiones en el ámbito de la cultura.(ARROYO, 2006, p. 89)

A fim de elucidar o papel do Sistema de Indicadores uma alternativa é o mapa mental, no qual é possível criativamente organizar as ideias sistematicamente e melhor analisar os dados e informações. O mapa mental consiste em um tipo de diagrama no qual é possível fazer conexões acerca de um determinado assunto. É possível fazer representações visuais sobre determinadas informações, auxiliando no aprendizado e memorização. O mapa mental é um gestor de informações no qual é a informação é disposta no mapa a fim de melhorar a capacidade de absorção de conhecimento, processar informações e produzir conhecimento. Auxilia também na melhor visualização das conexões e articulações possíveis entre os tópicos de um mesmo tema. Abaixo um mapa mental de articulação de variáveis a partir dos dados dispostos pelo Tribunal de Contas para a possível construção de indicadores culturais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou mostrar conceitos de comunicação pública e “Controle Social”, trazendo também a historicidade do Tribunal de Contas do Estado e dos indicadores culturais. Buscou ainda compreender a comunicação pública estabelecida através do site do TCE, assim como uma nova perspectiva do “Controle Social” além do viés teórico conceitual, uma aplicabilidade como ferramenta comunicacional, no qual a sociedade contribui através da fiscalização e do monitoramento dos gastos públicos na construção e desenvolvimento de políticas públicas culturais.

A participação dos cidadãos ao se relacionar com os dados disponibilizados consiste na comunicação pública, dialogando à respeito do interesses coletivos. A “comunicação pública incorporou-se ao vocabulário da comunicação, marcado-se talvez pelas preferências dominantes à comunicação governamental, ao marketing político e às interfaces virtuais que aproximam governantes e cidadãos” (MATOS, 2009, p.102).

O “Controle Social”, nesta perspectiva, se mostra como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública no acompanhamento das políticas, como diz o Ministério do Desenvolvimento Social (2015). O uso do “Controle Social” colabora para embasar atitudes a serem tomadas. Analisar o que deu certo e propor modificações para as políticas que não tiveram tanto impacto.

Alguns aspectos do trabalho são importantes ressaltar, como: 1- a comunicação que ocorre entre prefeitura dos municípios e os cidadãos tendo o “Controle Social” como uma *interface*, caracteriza uma comunicação pública. No qual, 2- os cidadãos imbuindo dos direitos assegurados por lei podem monitorar os gastos públicos e através de mobilizações proporem melhorias de interesse coletivo, despertando assim seu papel cívico (MATOS, 2009). 3- a mudança ou a falta da mesma na sociedade gera dados que disponibilizados podem configurar indicadores culturais que colaboram no embasamento da discussão sobre políticas públicas.

Os indicadores culturais mostram de que forma a cultura está sendo conduzida em determinados localidades. A partir disso se tem uma visão detalhada da maneira com que as políticas estão agindo e contribuindo para a sociedade local. Portanto, depois do exposto e refletido ao longo do trabalho, pode-se afirmar que é possível configurar indicadores culturais através do fluxo comunicacional público que tem como interface o “Controle Social”, ferramenta essa que está no site do TCE, assim como Sistema de Indicadores com as variáveis que também são possíveis de construção a partir dos dados disponibilizados. Tem-se como

fontes dos dados para a construção desses indicadores o IBGE, por exemplo, e o próprio TCE-RS, no qual disponibilizam os dados primários, o que colabora para que não haja distorções da realidade.

As prefeituras, nessa ideia, ao capacitar melhor os setores responsáveis pela divulgação dos dados, podem contribuir com uma descrição mais detalhada dos empenhos. Assim, mostrando os dados que possibilitam uma análise ainda mais minuciosa sobre a situação local. Os dados referentes às ações culturais no município, no caso do TCE-RS, estando centralizados em uma só função, auxiliam os pesquisadores, agências que trabalham com os dados e demais indivíduos da sociedade no entendimento e manuseio para as constatações. Nesta perspectiva, a conscientização da gestão municipal com relação a importância desse processo de construção das políticas públicas, desde os dados, indicadores e, por fim, as políticas, faz com que o desenvolvimento seja claro e que o indivíduo compreenda seu papel nessa construção.

Compreender os indicadores culturais nesse processo torna-se relevante para seu uso na construção das políticas públicas. A partir disso é possível projetar as mudanças necessárias para uma nova gestão, uma nova perspectiva de futuro. A realidade apresentada a partir dos indicadores além de nortear ações, proporciona a manutenção e melhorias às políticas já aplicadas. A gestão pública tem como propósito, neste sentido, propor ações a partir das demandas que o cenário apresenta, além da receptividade com as necessidades apresentadas pelos cidadãos.

Acredita-se, a partir do exposto, na relevância dos indicadores culturais para o desenvolvimento das políticas públicas, entretanto, ainda carece de um avanço nas pesquisas e estudos da temática. Os indicadores são parte importante na argumentação e construção de políticas públicas culturais, além de auxiliar na avaliação, monitoramento e manutenção de políticas. O presente trabalho buscou articular teoria e prática até então não relacionados, reafirmando a transversalidade da cultura.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 1, p. 168-176, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100020&script=sci_arttext>. Acessado em: 28 de outubro de 2015.

ARROYO, Salvador Carrasco .**Medir la cultura. Una tarea inacabada.** Revista Periférica, Cádiz, n. 7, 2006.

_____.Indicadores culturales: Una reflexión. Capitulo II da tese de doutorado Analisis factorial aplicado a indicadores socioculturales de la comunidad valenciana. Espanha: Universidade de Valencia, 1999. Disponível em: <<http://www.uv.es/~carrasc/PDF/indicadoresCult.pdf> > Acessado em: 19/11/ 2015.

BOHNER, L. (1979). Indicators of Cultural Development within the European Context. Current Surveys and Research in Statistics. C-10. Working Paper ST-79/Cof. 602/12. UNESCO.

BOTELHO, ISAURA. **DIMENSÕES DA CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS.** São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 73-83. ISSN 1806-9452.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: A ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO FUNDEB.** Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3677/3/controle_social_educacao_basica.pdf Acesso em: 07 de outubro de 2015.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom 2006. Disponível em:<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf> >Acessado em: 09 de outubro de 2015

_____. **Conceito de comunicação pública.** IN: DUARTE, Jorge(org.). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 190, n 190, p. 117. 2000. Sessão 1, pt. 1.

BRASIL. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acessado em: 15 de maio de 2015.

Controle social. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/controlesocial>> Acessado em: 1º de maio de 2015.

Construção e Análise de Indicadores. Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. Curitiba: [s.n.], 2010.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**. In: SILVA, Luiz Martins da (Org.). Comunicação pública: algumas abordagens. Brasília: Casa das Musas, 2010.

_____. **Comunicação pública**. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>> Acessado em: 14 de dezembro de 2015.

IBGE. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150429_divulgacao_pnad_ibge_lgb> Acessado em: 27 de outubro de 2015.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso de indicadores sociais na avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

_____. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>> Acessado em: 29 de outubro de 2015.

_____. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, Sp: Alínea, 2012.

LLADÓ, Anna Planas, MASÓ, Pere Soler. *Sistema de indicadores para políticas municipales culturales: una herramienta de evaluación* - EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N.º 24, junio-diciembre, 2012, pp. 117-140.

Mapas Mentais. Disponível em: <<http://www.mapasmentais.idph.com.br/>> Acessado em: 23/11/2015.

MARTINS, Tiago Costa. **A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional** (relatório final de pesquisa). São Borja: MinC/CNPq, 2015. 122p. (mimeo)

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Simmur, 2009.

Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS. **Construção e Análise de indicadores**. Curitiba: SESI/PR, 2010.

PFENNIGER, Mariana. **Indicadores y estadísticas culturales**. Um breve repaso conceptual. Boletín GC: Gestión Cultural núm. 7: Indicadores y Estadísticas Culturales, abril de 2004, ISSN: 1697- 073X.

RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. **A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania a partir das mídias sociais estudo de caso** [manuscrito]: Twitter Marconi Perillo / Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro. - 2012.

SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos; FIGUEIREDO, Vanuza da Silva. **Transparência e controle social na administração pública**. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/arquivos/FIGUEIREDO_transparencia.pdf> Acessado em: 4 de novembro de 2015.

SILVA, Liliana Sousa; OLIVEIRA, Lucia Maciel Barbosa. **Indicadores**. Disponível em: <<http://novo.itaucultural.org.br/obs glossario/indicador-cultural/>> Acesso em: 29 de maio de 2015.

Tribunal de Conta do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/>> Acesso em: 27 de abril de 2015.

YÚDICE, George **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication publique**. Paris: PUF, 1995. Tradução resumida do livro: Elizabeth P. Brandão. Disponível em: <<https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>> Acessado em: 05 de novembro de 2015.

ANEXOS

Anexo 1 – Tela de Consulta às Despesas Públicas

Controle Social - Consulta Despesas - Google Chrome
 www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:74:0::NO

TCE **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
 Controle Social - Consulta Despesas

Sair

Consulta Despesas

Aqui você tem acesso a consultas relativas à execução da despesa orçamentária dos Poderes e/ou Órgãos da esfera municipal, regidos pela Lei Federal nº 4320/64, contendo os empenhos do exercício selecionado, suas liquidações e pagamentos, desde que efetuados dentro do mesmo exercício.

As consultas são efetuadas diretamente nos dados enviados pelas Entidades, exceto no caso da Consulta por Órgão das Câmaras Municipais até 2012, que é feita nos dados enviados pelas Prefeituras, pois utiliza o Balancete da Despesa.

As informações apresentadas são oriundas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas - SIAPC e não foram analisadas pelo TCE, sendo assim, de responsabilidade exclusiva de cada Entidade.

Órgão Credor Rubrica **Função**

Na consulta por Órgão é possível detalhar as unidades, as funções, as subfunções, projeto/atividade e recurso vinculado. Nesta consulta a fonte dos dados é o balancete de despesa.

Ano: 2012 Município: Sao Borja Órgão: PM DE SÃO BORJA Consultar

Órgão e Unidade Orçamentária	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
2-GABINETE DO PREFEITO	2.384.792,00	2.255.204,41	2.245.680,41	2.177.474,32
3-CONSULTORIA JURÍDICA	562.901,00	556.220,07	556.220,07	548.707,37
4-AUDITORIA GERAL INTERNA	165.863,00	156.167,78	156.167,78	154.862,33
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	166.130,00	153.789,79	153.789,79	153.498,82
6-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	20.825.542,43	17.276.384,11	17.273.587,13	16.792.749,36

Anexo 2 – Apresentação dos dados no TCE – RS a partir da “Função” 13 – Cultura

Controle Social - Despesa - Google Chrome

www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:82:0:NO

As informações apresentadas são oriundas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas - SIAPC e não foram analisadas pelo TCE, sendo assim, de responsabilidade exclusiva de cada Entidade.

Órgão Credor Rubrica **Função**

Na consulta por Função a fonte dos dados é o balancete de despesa.

Ano: 2012 Município: Sao Borja Órgão: PM DE SÃO BORJA Consultar

Ir Ações

Código	Descrição	Empenhado	Liquidado	Paço	
10	Saúde	38.819.004,69	37.172.880,51	35.096.689,22	
12	Educação	31.575.649,77	30.486.796,47	29.626.511,34	
4	Administração	23.158.964,69	23.158.964,69	22.477.810,45	
15	Urbanismo	8.266.433,64	8.053.048,00	7.657.523,76	
9	Previdência Social	7.738.479,27	7.735.682,29	7.663.306,38	
17	Saneamento	4.388.425,54	4.388.425,54	4.387.835,54	
8	Assistência Social	4.350.421,73	4.286.881,37	4.123.728,73	
11	Trabalho	1.376.909,86	1.095.385,86	1.076.360,96	
28	Encargos Especiais	766.549,75	766.549,75	763.129,47	
6	Segurança Pública	748.001,79	748.001,79	740.675,52	
13	Cultura	668.330,87	668.330,87	661.185,17	
26	Transporte	555.112,47	545.371,87	545.251,87	empenhos

Anexo 3 – Página de *download* dos empenhos.

TCE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Despesas - Empenhos

Sair

Detalhamento por Empenho da Consulta Despesas

Nessa tela é detalhado, por empenho, os valores da linha selecionada na tela anterior, com as características abaixo. São listados os empenhos do exercício selecionado, suas liquidações e pagamentos, desde que efetuados dentro do mesmo exercício. As informações apresentadas não foram auditadas pelo TCE, sendo assim, de responsabilidade exclusiva de cada Entidade.

Órgão: 58000 - PM DE SÃO BORJA
Ano: 2012
Visualizar por: Função
Função: 13 - Cultura

Ir Ações

Efetuar download

Escolher formato de download do relatório:




CSV PDF

Cancelar

1 - 15 de 843

Nº do Empenho	Tipo	Credor	Nº	Data	Valor	Histórico
		CILDO				Valor que se empenha para confecção de empenhos para o 15º